

# **INFRAESTRUTURAS E OS SERVIÇOS PÚBLICOS:** **Sistema de Conetividade e Sistema Social**

MESTRADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ano letivo: 2020/2021

**Docentes:**

António Alberto Teixeira Gomes

Fátima Loureiro de Matos

Teresa Maria Vieira de Sá Marques

**Discentes:**

Diogo Costa Sá

Filipe Rafael Oliveira de Sousa

João Pedro Parada Cardoso

Mafalda Carolina Baeta da Costa

## Índice

<b>1.Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>2.Objetivos .....</b>	<b>3</b>
<b>3.Metodologia.....</b>	<b>3</b>
<b>4.Enquadramento Conceptual.....</b>	<b>5</b>
<b>5.Enquadramento da NUT III (Alto Minho).....</b>	<b>6</b>
<b>6.Análise territorial da região do Alto Minho .....</b>	<b>8</b>
<b>6.1.Análise do mapa da densidade populacional em Portugal Continental e Alto Minho em 2011.....</b>	<b>8</b>
<b>6.2.Análise do mapa dos estabelecimentos do ensino básico e secundário em Portugal Continental e Alto Minho (Nº) .....</b>	<b>10</b>
<b>6.3.Análise do mapa dos estabelecimentos do ensino superior Portugal Continental e Alto Minho (Nº) .....</b>	<b>12</b>
<b>6.4.Análise dos mapas de acessibilidades: rodoviária e ferroviária em Portugal Continental e Alto Minho.....</b>	<b>14</b>
<b>6.5.Análise do mapa da duração média de movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante em Portugal Continental e Alto Minho (minutos) ...</b>	<b>17</b>
<b>6.6.Análise do mapa do número de hospitais por localização geográfica em Portugal Continental e Alto Minho em 2011 .....</b>	<b>19</b>
<b>6.7.Análise do mapa do número de centros de saúde por localização geográfica em Portugal Continental e Alto Minho em 2011 .....</b>	<b>21</b>
<b>6.8.Análise do mapa de água canalizada em Portugal Continental e Alto Minho (%) ...</b>	<b>23</b>
<b>6.9.Análise do mapa do consumo de gás natural por localização geográfica em Portugal Continental e Alto Minho em 2011 .....</b>	<b>25</b>
<b>6.10.Análise do mapa do número de habitantes por postos de correio em Portugal Continental e Alto Minho (Nº/Hab) .....</b>	<b>27</b>
<b>7.Articulação dos objetivos de ordenamento do território e os indicadores analisados.....</b>	<b>29</b>
<b>8.Conclusões Finais .....</b>	<b>30</b>
<b>9.Bibliografia.....</b>	<b>32</b>
<b>10.Anexos .....</b>	<b>34</b>

## **1.Introdução**

A elaboração do presente relatório baseia-se no âmbito da realização de vários exercícios práticos da Unidade Curricular de Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território proposto pelas docentes.

O relatório vai incidir na realização de mapas sobre os diversos indicadores ligados aos domínios do Sistema de Conetividade e Sistema Social do Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território. Após a realização dos mesmos, pretende-se não só fazer uma análise individual de cada indicador, como também identificar as principais problemáticas e interligá-las. Estas problemáticas vão ser analisadas a nível nacional como também na Região em estudo do Alto Minho.

A temática das infraestruturas e serviços públicos permitirá ter uma ideia geral de como esta se verifica atualmente no nosso país, de modo a identificar os problemas através da análise dos indicadores e a confirmação com os objetivos dos PDM's de cada município da Região do Alto Minho, ou seja, as medidas que estão a ser tomadas para combater os problemas territoriais.

## **2.Objetivos**

Os principais objetivos deste relatório final encontram-se ligados à elaboração cartográfica de indicadores relacionados com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, por sua vez, a realização de uma análise territorial das problemáticas, por concelho, a nível nacional e posteriormente tendo em conta os concelhos da NUT III selecionada.

Para além destes objetivos, através da elaboração do exercício 4, ou seja, a análise feita aos objetivos dos PDM's de cada concelho da região em estudo, e tendo em conta a articulação que estes apresentam, pretendemos associar os indicadores que analisámos aos objetivos dos PDM'S para fazer face aos desafios territoriais do PNPOT.

## **3.Metodologia**

Tendo em conta os processos metodológicos, numa primeira fase selecionou-se os ODS que estão relacionados com o tema das infraestruturas e serviços públicos, ou seja, o objetivo da Educação de qualidade (4), Água potável e planeamento (6), Energias renováveis e acessíveis (7), Indústria, Inovação e Infraestruturas (9) e o objetivo das Cidades e comunidades sustentáveis (11).

Em segundo lugar consultou-se as metas dos objetivos acima referidos e selecionou-se os que mais se interrelacionavam com o nosso objetivo e proposta final, no caso o objetivo 4, objetivo 6, objetivo 7, objetivo 9 e objetivo 11.

Em terceiro lugar foi-se ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Programa de Ação e procedeu-se a um levantamento de indicadores dos diversos sistemas, mas apenas foram selecionados os sistemas conectividade e social que se interligam com tema a ser estudado.

De seguida através do PowerPoint fornecido pelos docentes com dados retirados da plataforma do ODSlocal elaborámos uma análise dos indicadores que se encontravam nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável local, no sentido de criticarmos ou concordarmos com o seu enquadramento face ao objetivo em que se insere, além de se abordar a veracidade de cada indicador de referência ou específico.

No que concerne ao tema do trabalho, mais propriamente dito, foi necessário consultar a base de dados do INE para a elaboração da nossa proposta de indicadores, no caso, foram selecionados os indicadores seguintes:

- ✓ Densidade populacional em Portugal Continental em 2011;
- ✓ Estabelecimentos do ensino básico e secundário por localização geográfica em Portugal Continental em 2019;
- ✓ Estabelecimentos de ensino superior em Portugal continental por localização geográfica em 2011;
- ✓ Acessibilidades em Portugal Continental: Rodoviária e Ferroviária;
- ✓ Duração média dos movimentos pendulares pela população empregada e estudante;
- ✓ Número de hospitais por localização geográfica em Portugal Continental em 2011;
- ✓ Número de centros de saúde por localização geográfica em Portugal Continental em 2011;
- ✓ Proporção de água canalizada por concelho em Portugal Continental em 2011;
- ✓ Consumo de gás natural por localização geográfica em Portugal Continental em 2011;
- ✓ Número de habitantes por posto de correio por localização geográfica e Portugal Continental em 2013 onde foi descartado os indicadores do sistema urbano, no sentido de interligar o sistema de conectividade com o social.

No seguimento elaborou-se uma base de dados por concelho e consequentemente a cartografia dos indicadores selecionados em Portugal Continental por concelhos e na região escolhida, ou seja, a região do Alto Minho que por sua vez, serviram para uma análise territorial mais detalhada.

Por fim, foi feita uma tabela com os objetivos do PDM de cada concelho da região do Alto Minho, informação que consta nos IGT (Instrumentos de Gestão Territorial). Através da elaboração desta tabela (**anexo 1**) respondemos às questões “À escala local (NUT3/concelhos) quais são os objetivos de ordenamento do território (só os PDM ‘s em vigor)?”, “Existe articulação entre os diferentes municípios em termos de OT? Os objetivos são inter-sectoriais? Articulam-se?” e “como esses objetivos se articulam com os desafios territoriais/objetivos de OT do PNPOT?”, através das conclusões retiradas, interligámos os indicadores com os objetivos intersectoriais (selecionados a laranja no **anexo 1**) de cada PDM.

Menciona-se ainda, que foi necessário colocar mapas (anexos 2, 3 e 4) para complementar a nossa temática, pois devido à falta de dados disponibilizados, não conseguimos representar os respetivos indicadores.

#### **4. Enquadramento Conceptual**

**PNPOT** – Sendo um dos principais instrumentos do sistema de gestão territorial, o PNPOT elucida opções e objetivos estratégicos de desenvolvimento territorial e institui o paradigma de organização do território nacional e serve de menção a outros programas e planos territoriais. Este surge em 1998 devido à Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo desse ano, fomentando a constituição e articulação de políticas públicas para alcançar um patamar seguro para a continuidade de uma conceção prospera do território nacional.

**Sistema de Conetividade** – A conectividade territorial é geralmente interpretada apenas como rede viária e ferroviária, mas existe uma multifuncionalidade do território, se nele existirem redes de conectividade que assegurem a articulação entre usos e atividades. Para além disso a rede hidrográfica e a rede do sistema nacional de áreas classificadas são elementos essenciais à circulação e interligação de fluxos de matérias, energia e à contribuição de serviços de ecossistemas que favoreçam as pessoas e a biodiversidade. É importante “consolidar ao nível do ordenamento do território, redes de conectividade ecológica (azul e verde) que favoreçam a coesão territorial, garantindo à escala ibérica e nacional, o papel dos ecossistemas de transição e de continuidade” (Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, 2018).

**Sistema Social** – O domínio social fundamenta o facto da discrepância territorial na oferta de serviços ter forte impacto no bem-estar e na qualidade de vida das populações. Além disso os territórios exibem características sociodemográficas diferentes que influenciam a tipologia da oferta de serviços de saúde. “Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso é um desafio em matéria de coesão territorial e equidade social, de progresso económico e de

desenvolvimento sustentável da sociedade.” (Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, 2018).

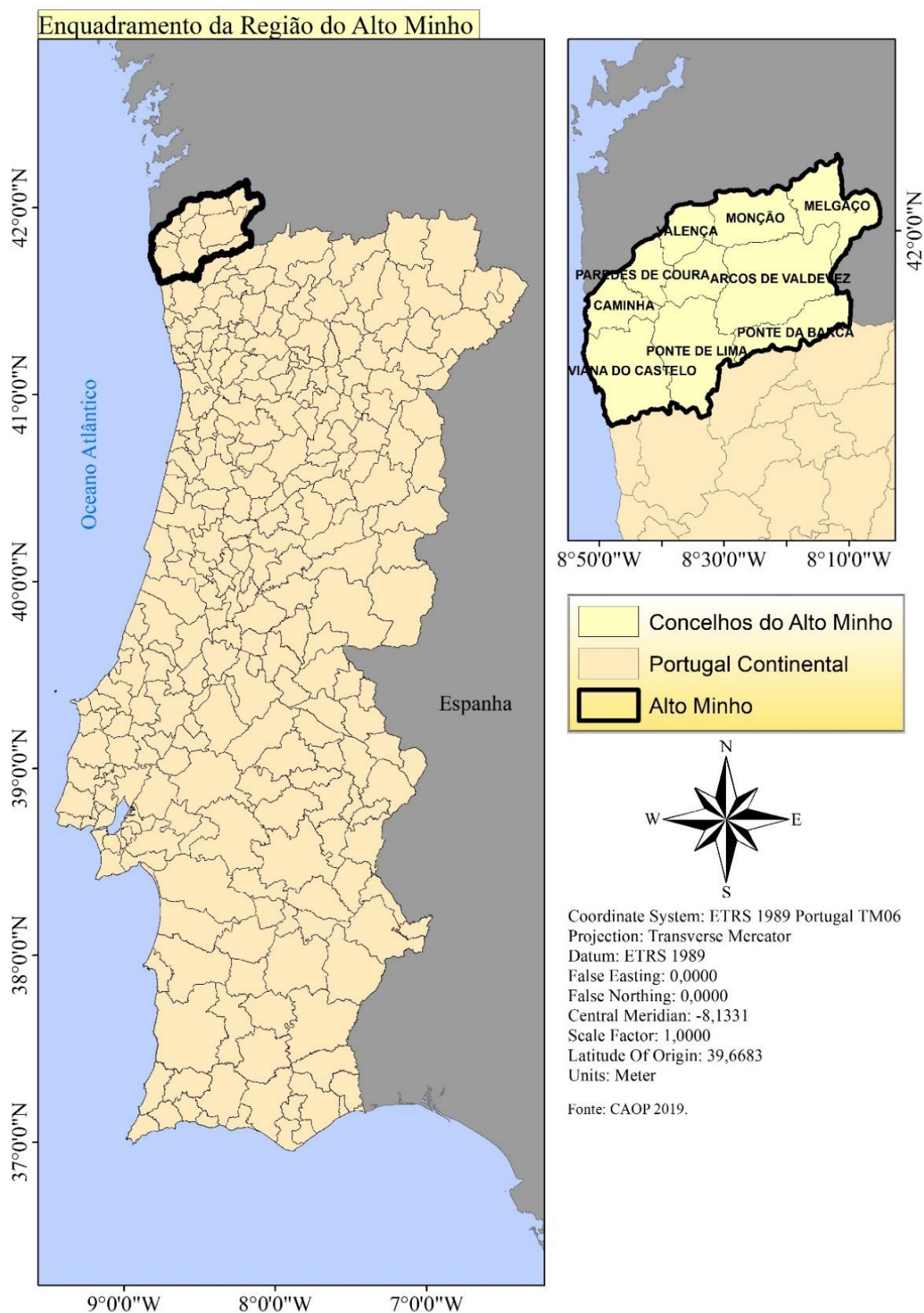
Atualmente, para além da alteração do paradigma demográfico e epidemiológico, de uma prevalência da doença crónica e uma população mais envelhecida, vemos uma forte redução da estrutura familiar de apoio, onde o Serviço Nacional de Saúde (SNS) necessita de se reconfigurar como forma de continuar a dar resposta às necessidades de saúde da população portuguesa. O SNS precisa de se capacitar ter respostas mais eficazes às necessidades dos cidadãos, simplificando o acesso, “aproveitando os meios de proximidade, modernizando a prestação de serviços de saúde através do uso das TIC e reconhecendo o papel dos cuidadores informais que prestam apoio a pessoas dependentes nas suas residências.” (Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, 2018).

**Objetivos Desenvolvimento Sustentável** - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dizem respeito a um conjunto de metas propostas em 2015, pela Organização das Nações Unidas, e que definem a Agenda 2030. Esta panóplia de objetivos contemplam uma série de dimensões de desenvolvimento sustentável, relacionadas com a componente social, económica e ambiental. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável descendem dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, e pressupõem uma visão global para Humanidade, uma espécie de acordo mundial entre líderes mundiais, povos e "uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta". (Centro Regional de Informação das Nações Unidas)

## **5. Enquadramento da NUT III (Alto Minho)**

A NUT III selecionada para desenvolver o presente trabalho, é o Alto Minho (**mapa 1**). O Alto Minho localiza-se no extremo noroeste de Portugal continental e integra 10 concelhos. Os concelhos que compõem o Alto Minho são, Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. Esta NUT III encontra-se delimitada a norte e a Este por Espanha, a sul pela NUT III do Cávado e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

A região do Alto Minho era antigamente chamada de região Minho-Lima, sendo que mudou a sua designação no dia 1 de janeiro de 2015, quando entrou em vigor uma nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos de acordo com as NUTS de 2013.



**Mapa 1** – Enquadramento da Região do Alto Minho.



## **6. Análise territorial da região do Alto Minho**

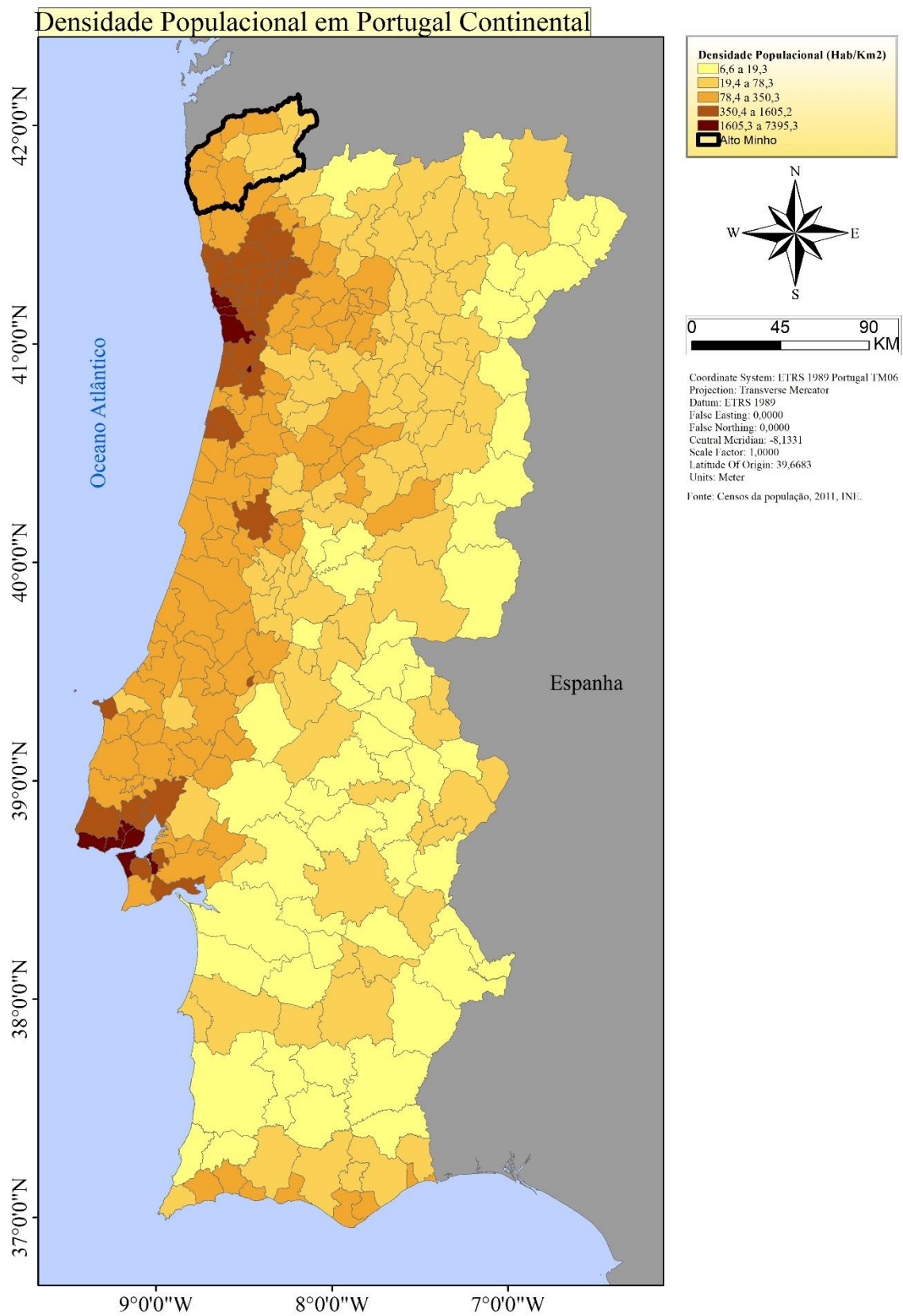
### **6.1. Análise do mapa da densidade populacional em Portugal Continental e Alto Minho em 2011**

No que diz respeito à densidade populacional em Portugal continental, pode-se observar através do **mapa 2**, de uma forma geral, a existência de assimetrias entre o litoral e o interior português, no sentido em que o litoral português engloba mais de metade da população portuguesa correspondendo às classes 78,4 a 350,3 e dos 350,4 a 1605,2 hab/Km<sup>2</sup>. Por sua vez, verifica-se o mesmo comportamento entre as regiões Norte, Centro e Algarve, e a região do Alentejo, ou seja, as regiões do Norte, Centro e Algarve têm uma maior densidade populacional correspondendo às classes entre os 19,4 a 78,3 e dos 78,4 a 350,3 hab/Km<sup>2</sup> enquanto que a região do Alentejo ocupa maioritariamente à primeira classe do mapa com 6,6 a 19,3 hab/Km<sup>2</sup>, que corresponde à que tem menor densidade populacional.

Para além das diferenças entre o litoral e o interior, e entre o norte e sul do país, existe também uma bipolaridade no sentido em que se destacam fortemente as duas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa. Estas são as que contêm maior densidade populacional em relação ao país englobando as 2 classes mais altas com 350,4 a 1605,2 e 1605,3 a 7395,3 hab/Km<sup>2</sup>, sendo que os concelhos que estão entre a Área Metropolitana do Porto e Lisboa ao longo do litoral correspondem maioritariamente à classe dos 78,4 a 350,3 hab/Km<sup>2</sup>.

Analisando mais especificamente a Região em estudo, observa-se que o Alto Minho tem maior densidade populacional em relação ao nordeste português, sendo que engloba as classes entre os 19,4 a 78,3 e 78,4 a 350,3 hab/Km<sup>2</sup>, contudo vai ao encontro do que se observa a nível nacional, ou seja a maior concentração no litoral.





**Mapa 2** - Densidade Populacional em Portugal Continental em 2011.

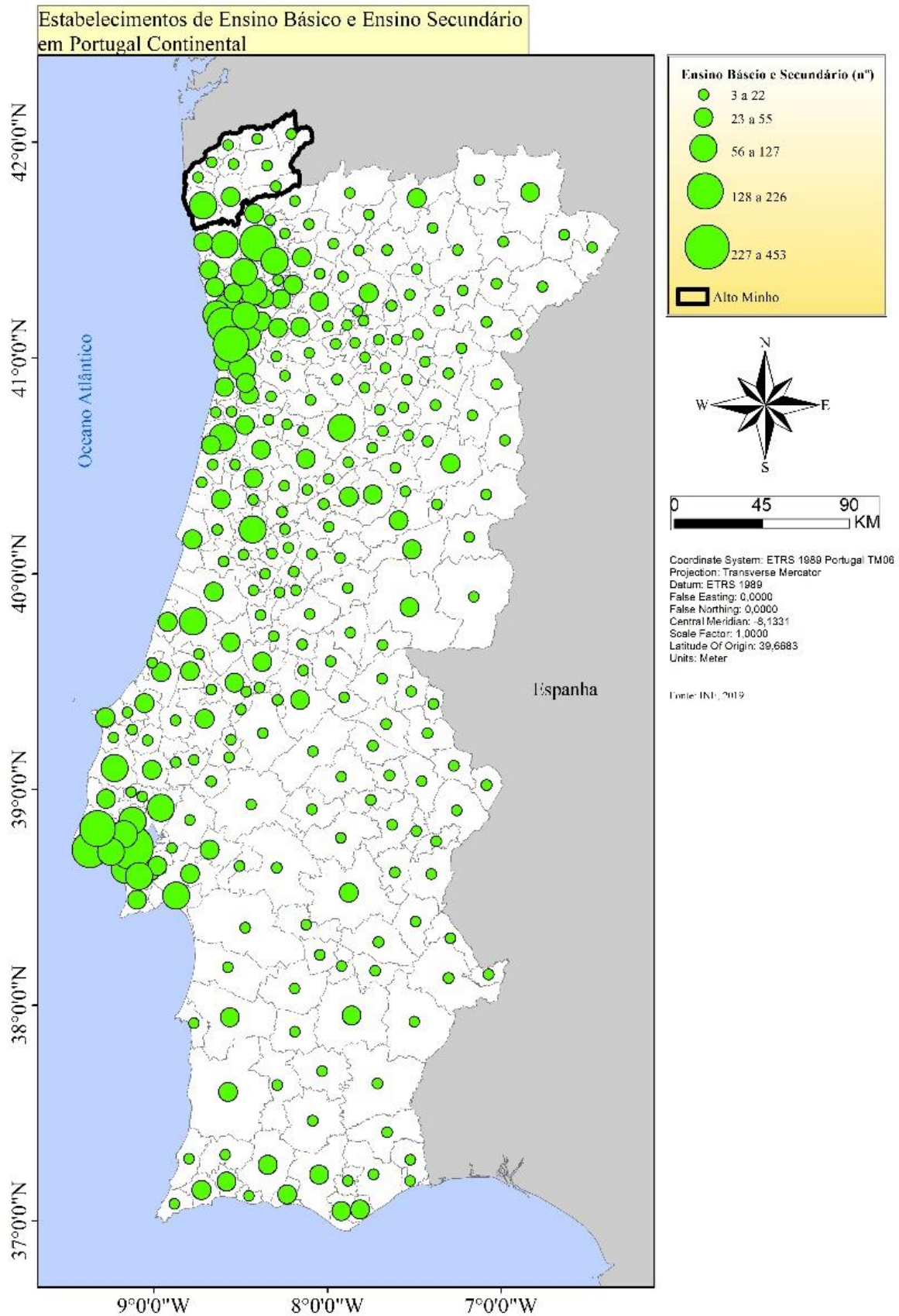
## **6.2. Análise do mapa dos estabelecimentos de ensino básico e secundário em Portugal Continental e Alto Minho (Nº)**

Relativamente ao número de estabelecimentos de ensino básico e secundário (**mapa 3**), em 2019, concentram-se, sobretudo, nos municípios que têm mais população jovem, essencialmente. Estes municípios localizam-se no litoral norte, em torno da Área Metropolitana do Porto, e mais a sul, na Área Metropolitana de Lisboa.

O número total de escolas nestas áreas, entre escolas de Ensino Básico e Ensino Secundário, atinge, em 2019, os seus valores extremos no município de Lisboa, com 453 escolas, e no município do Porto, com 226 escolas. Fora da envolvente destas duas principais áreas a nível nacional, destacam-se na conjuntura nacional algumas cidades médias, com um número de escolas entre 56 e 127, como é o caso de Viseu, Coimbra e Leiria.

Quanto à grande maioria dos concelhos representados no mapa ao lado, possuem todos pelo menos 3 escolas, entre o Ensino Básico ou Secundário, variando até às 22 escolas. Esse é a realidade da maior parte dos concelhos de Portugal continental, principalmente dos concelhos do interior do país que são os que têm menos capacidades e também os que mais sofrem com a crescente centralização das infraestruturas, neste caso, de ensino público ou privado.

À semelhança do território nacional, também na NUT III do Alto Minho existem dicotomias no que compete aos estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário. Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha polarizam de certo modo a tendência nesta região, com 70, 29 e 18 escolas respetivamente, uma vez que, os restantes concelhos desta NUT possuem entre 5 a 13 escolas apenas. Este indicador reflete a problemática da crescente polarização das infraestruturas, no contexto regional, neste caso a aposta em infraestruturas de ensino num concelho em detrimento de outros concelhos, por serem insustentáveis e não se justificarem. É conhecido que, por exemplo, Viana do Castelo possui 11 estabelecimentos de Ensino Secundário, enquanto os restantes concelhos do Alto Minho possuem 2, ou no máximo 4 em alguns concelhos. O encerramento de algumas escolas secundárias nestes concelhos obrigou os alunos a transitarem para uma escola fora do seu concelho de residência, por motivos de proximidade, por exemplo, estudantes de Caminha que se deslocam para Viana do Castelo.



**Mapa 3** - Estabelecimentos do Ensino Básico e Secundário em Portugal Continental e Alto Minho (N°).

### **6.3. Análise do mapa dos estabelecimentos do ensino superior Portugal Continental e Alto Minho (Nº)**

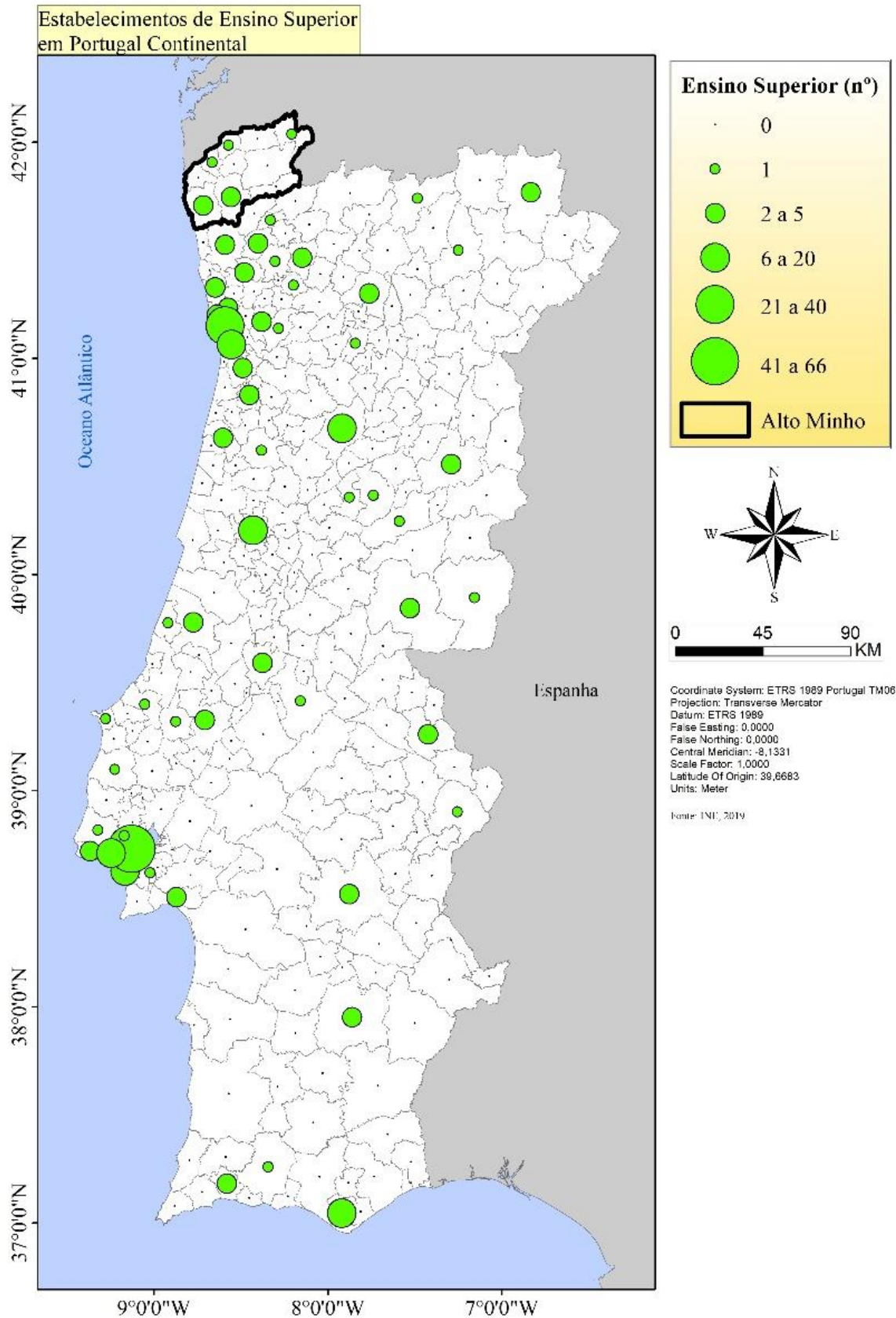
Os estabelecimentos de Ensino Superior (**mapa 4**) revelam ser importantes infraestruturas no panorama nacional no que toca ao serviço educativo. Estes distribuem-se de forma diferente e bastante polarizada no território à escala municipal, no ano de 2019.

Existem claras dicotomias territoriais, mais uma vez, os concelhos das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa destacam-se, bem como os principais concelhos das cidades médias como Vila Real (5), Bragança (4), Braga (4), Barcelos (4), Viseu (7), Aveiro (4), Coimbra (18), Castelo Branco (5), Leiria (4), Santarém (5), Évora (5) e Faro (8), as mais significativas. Os municípios que possuem os maiores números de estabelecimentos em 2019 são, portanto, Lisboa, com 66 escolas, Porto, com 39 escolas, e Coimbra, com 18 escolas.

No tocante à NUT III do Alto Minho, no ano de 2019, destacam-se novamente os municípios de Viana do Castelo e Ponte de Lima, com 3 estabelecimentos de Ensino Superior cada, sendo que Viana conta com 3 Politécnicos, e Ponte de Lima possui apenas 2 e 1 estabelecimento Universitário. Assim, seguem-se também a esta escala Melgaço (1 Politécnico), Valença (1 Politécnico) e Vila Nova de Cerveira (1 Universidade). Este indicador revela algumas debilidades na rede de equipamentos e serviços relacionados com a educação, bem como ao nível da coesão territorial, porém não tão graves como o anterior.

Como é sabido, torna-se inviável cada município possuir um estabelecimento ligado ao Ensino Superior que possibilite o desenvolvimento do concelho e quiçá das áreas envolventes, no entanto, é de frisar que o Alto Minho quando comparado a outras NUT III, possui algumas e importantes infraestruturas para a região. Salientar ainda que, apesar de todos os problemas que se levantam relativamente à equidade na distribuição das infraestruturas e serviços educativos, e ao sistema educativo débil e pouco produtivo que Portugal integra, temos uma população cada vez mais qualificada e instruída nos últimos anos, o que aponta para uma crescente valorização do capital humano.





**Mapa 4** - dos de Estabelecimentos do Ensino Superior Portugal Continental e Alto Minho (N°).

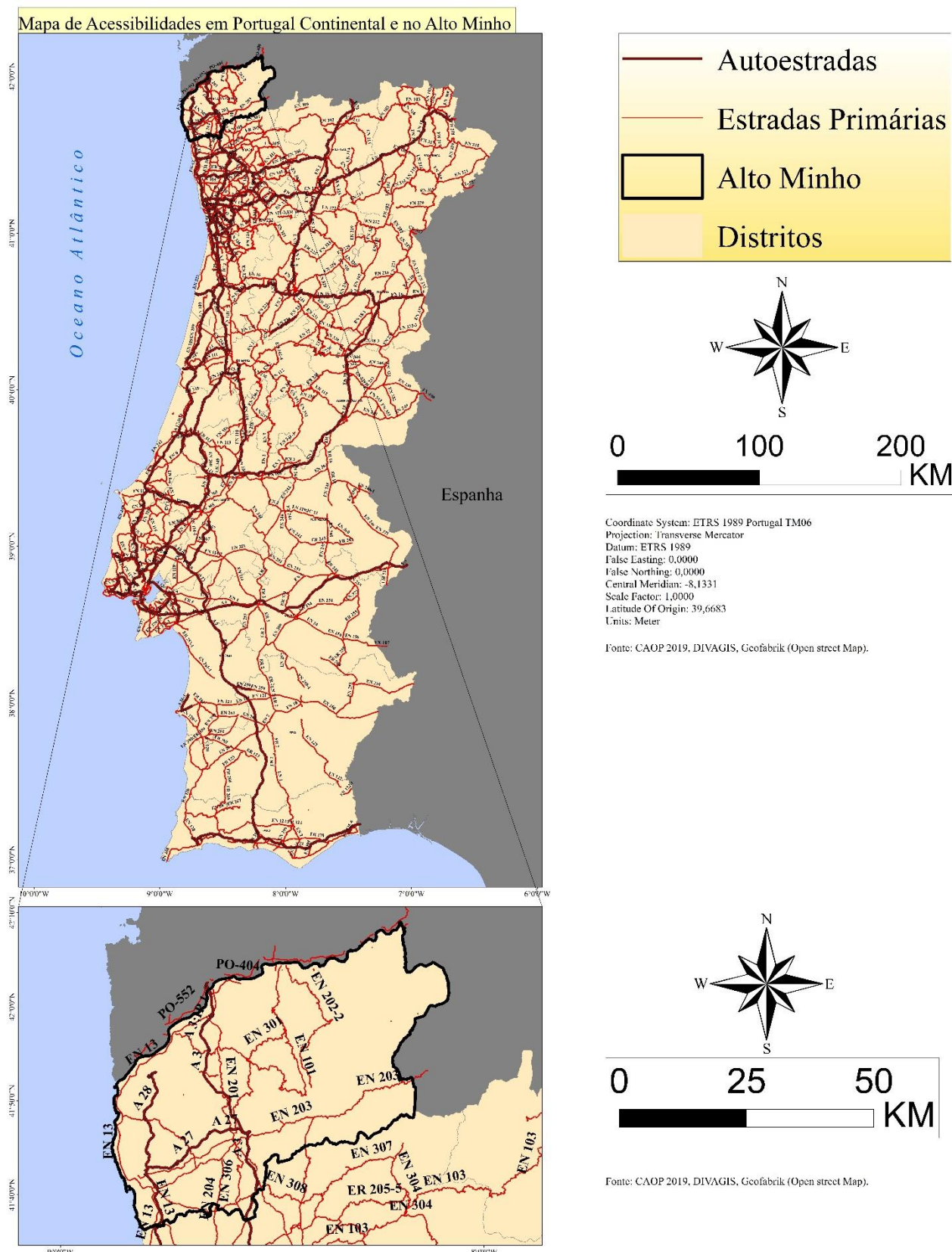
#### **6.4. Análise dos mapas de acessibilidades: rodoviária e ferroviária em Portugal Continental e Alto Minho**

Fazendo uma análise ao **mapa 5**, verifica-se que a nível nacional existe uma maior concentração de Autoestradas na Região Norte como por exemplo a A25, A28, A3, A4, A11, A41, A42, A43, A44, sendo que no Porto há uma maior concentração, e do mesmo modo Lisboa engloba muitas Autoestradas, com a A6, A9, A10, A12, A13, A16, A33. As Autoestradas estão concentradas, mais uma vez, no litoral entre a Região do Alto Minho até Setúbal. Isto demonstra, novamente, assimetrias entre o litoral e o interior do país. Por sua vez o mesmo se verifica entre as regiões do Norte e Centro em relação às regiões do Alentejo e Algarve que apenas têm uma autoestrada. Por outro lado, relativamente às estradas primárias ou nacionais, estas encontram-se muito envolvidas a nível nacional sendo que existe uma maior concentração das mesmas nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa.

Analizando a área em estudo, a região do Alto Minho apresenta uma boa distribuição nas acessibilidades, pois esta envolve pelo menos 3 Autoestradas (A3, A27 e A28), e tem uma rede de estradas nacionais ampla exceto na parte nordeste da região. A região do Alto Minho também tem cerca de 3 acessos a Espanha, mais propriamente à região da Galiza.

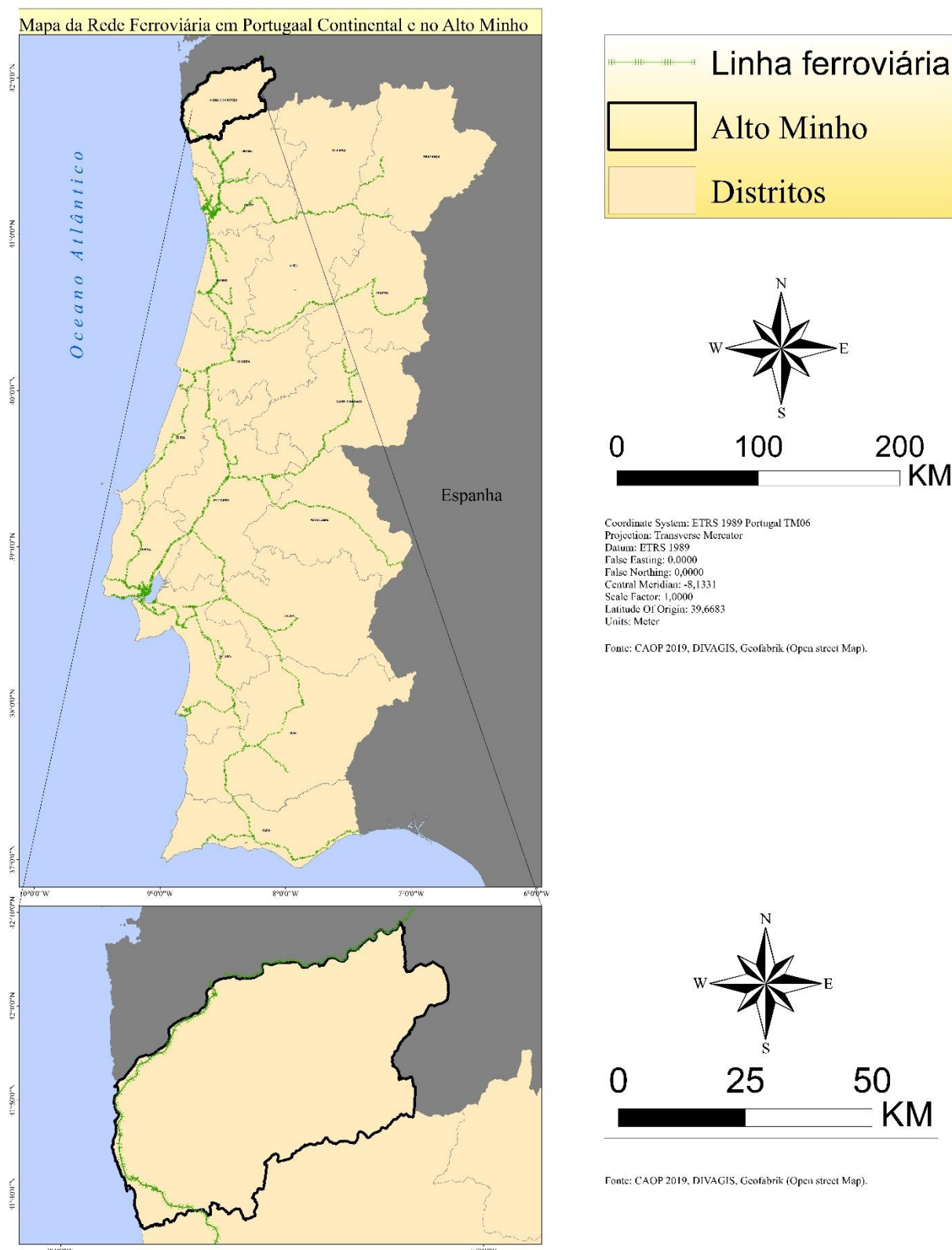
Em relação ao **mapa 6**, pode-se ver que em Portugal continental a Rede Ferroviária não é vasta, mais uma vez encontra-se mais concentrada nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, como também se observa uma acentuação no litoral, enquanto que no interior ainda tem muito por onde ser explorada. Pois através do **anexo 4**, é possível ver toda a rede ferroviária que foi desativada após 1974, esta demonstra uma melhor distribuição apesar que muitas ligações se encontrarem “abandonadas” pela falta de investimento e pela adoção de uma “cultura automóvel” que a população residente se converteu.

Focando na Região do Alto Minho, observa-se então que a rede ferroviária existente abrange apenas 4 concelhos (Viana do Castelo, Caminha, Paredes de Coura e Valença), sendo que existe uma possível ligação até Monção, mas esta permanece inativa. Os restantes concelhos não têm qualquer ligação ferroviária, obrigando mais uma vez a população a adotar um automóvel próprio para se deslocarem.



**Mapa 5 – Acessibilidades Rodoviárias em Portugal Continental.**





**Mapa 6** – Mapa da Rede Ferroviária em Portugal Continental e no Alto Minho.

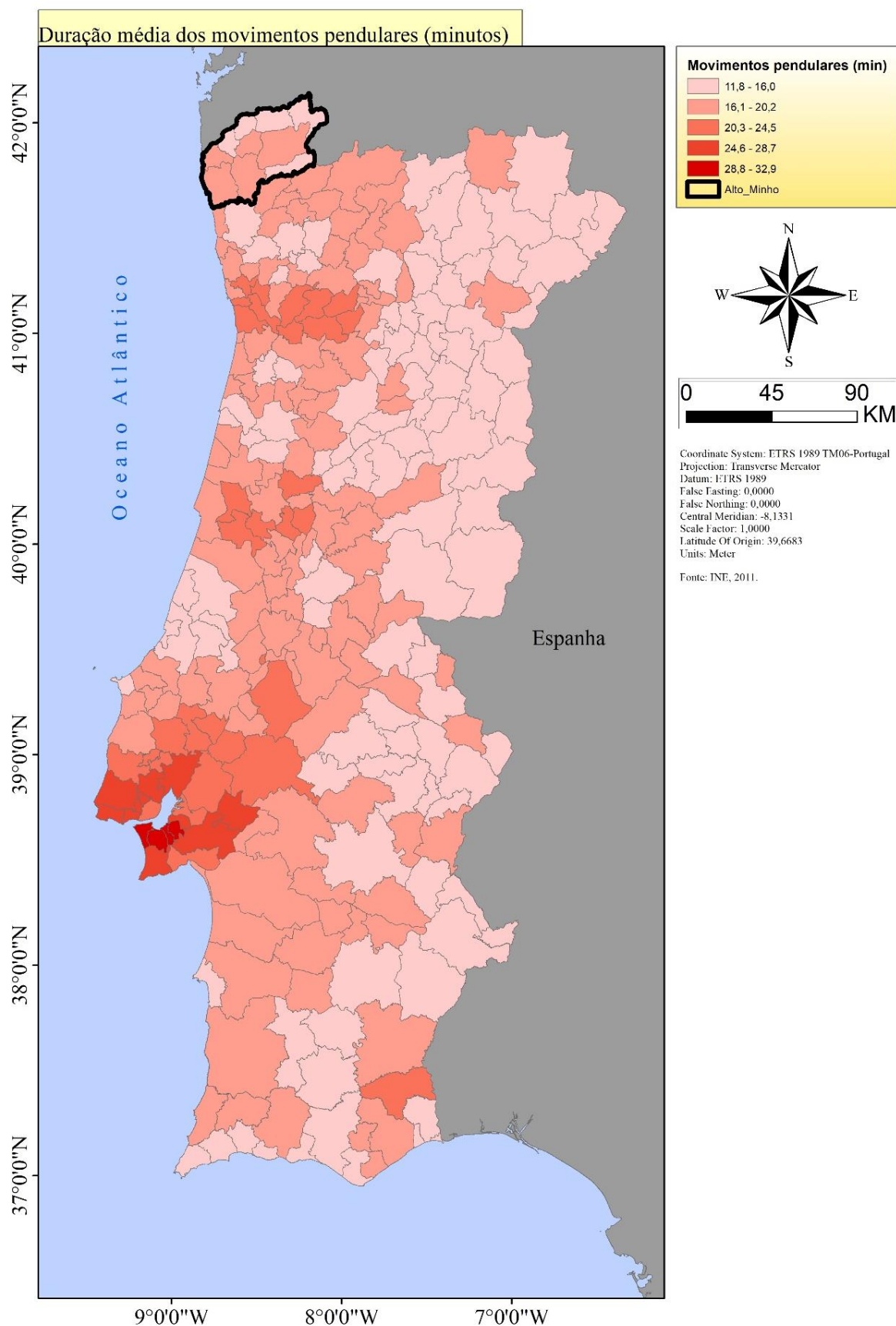
### **6.5. Análise do mapa da duração média de movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante em Portugal Continental e Alto Minho (minutos)**

O **mapa 7** apresentado refere-se ao mapa da duração média de movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante em minutos e numa primeira impressão observa-se que a duração média dos movimentos pendulares no litoral é superior ao Interior, pelo facto de possuir por exemplo mais população, maior densidade populacional, mais serviços que justificam este facto. Ainda é notório que à medida que se aproxima do interior a duração média diminui.

Em termos de valores mais concretos grande parte da população residente empregada ou estudante do Interior ronda os valores dos 11,8 minutos a 16 minutos, muito caracterizado pelo menor trânsito existente, enquanto que grande parte do Litoral ronda os valores de 16,1 minutos a 24,5 minutos. As áreas aparentemente com maior duração média de movimentos pendulares são as Áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, por possuírem maior população e densidade populacional, mas sendo mais profundo, verificamos que no distrito de Setúbal e mais propriamente nos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita possuem os valores mais elevados, devido a percorrerem maiores distâncias ao destino em questão seja a população empregada ou estudantil.

No que toca à região de estudo, o Alto Minho, possuiu valores semelhantes ao da maior parte de Portugal Continental e mais propriamente Litoral, não fugindo ao padrão de litoralização deste indicador. Tendo em conta os concelhos com maior destaque são: Ponte de Lima, Viana do Castelo e Paredes de Coura, devido a serem concelhos atrativos em todos os aspetos, exemplificando, muita população de diversos concelhos deslocam-se para a sua área de trabalho em Viana do Castelo, devido à maior oportunidade de emprego, além de estudantes, devido à maior concentração e quase total de escolas secundárias em Viana do Castelo, proporcionando valores mais elevados relativamente aos restantes.

Se compararmos Viana do Castelo e Ponte de Lima verificamos que Ponte de Lima tem uma duração média de movimentos pendulares superior ao de Viana do Castelo, que muito se deve ao facto de possuir menos infraestruturas escolares ou de emprego o que “obriga” a população a percorrer distância maiores ao contrário de Viana do Castelo que se concentra mais próxima do centro do mesmo, além do maior número de serviços.



**Mapa 7** - Duração Média de Movimentos Pendulares da População Residente Empregada ou Estudante em Portugal Continental e Alto Minho (minutos).

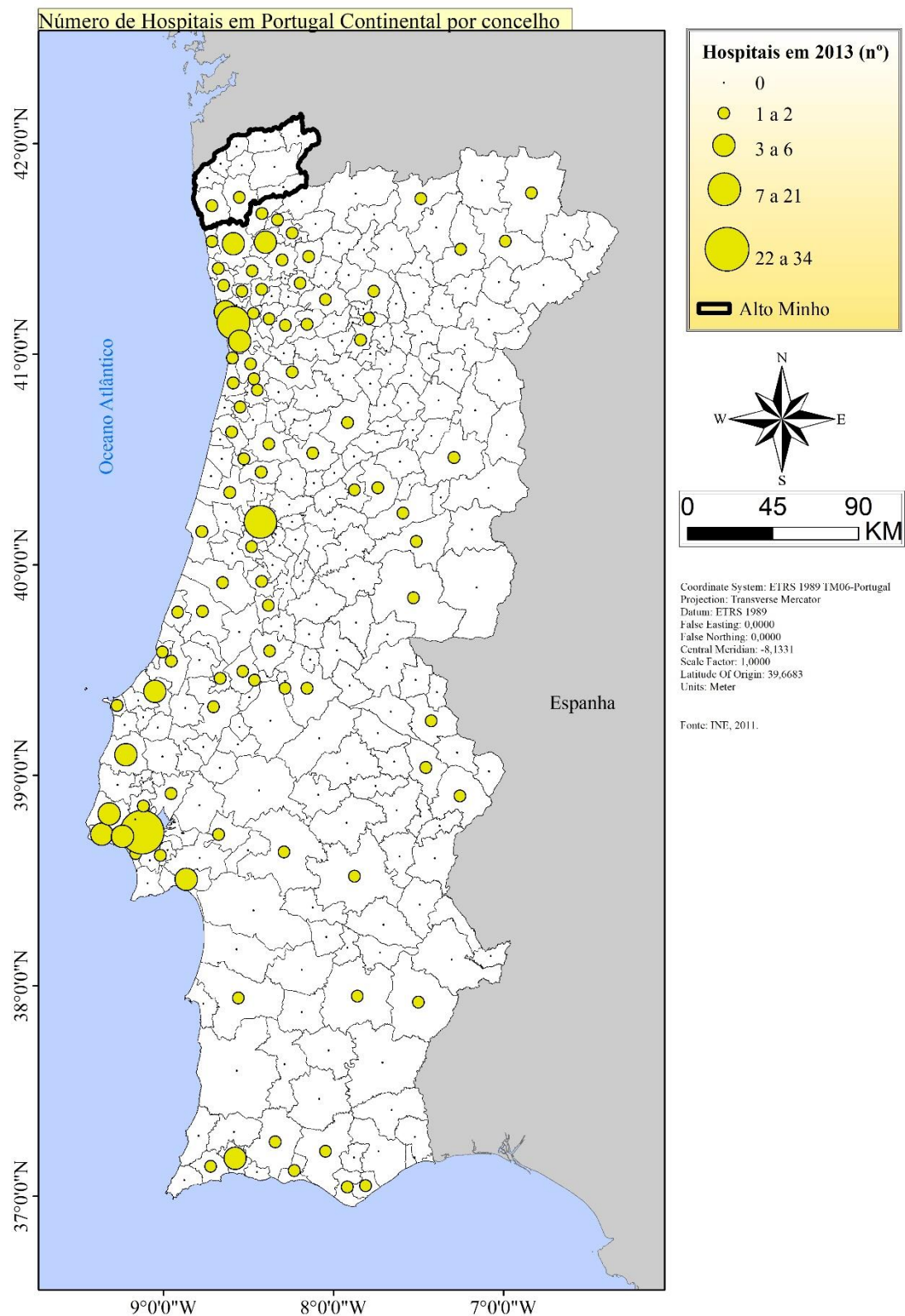
## **6.6. Análise do mapa do número de hospitais por localização geográfica em Portugal Continental e Alto Minho em 2011**

Os hospitais sendo infraestruturas de extrema importância para as sociedades, encontram-se bastante distribuídos pelo território nacional de modo a conseguirem abranger o maior território possível, assim como, o maior número de pessoas possível.

Apesar do acesso à saúde ser um direito de todas as populações, não é viável existir hospitais em todos os 278 concelhos do país, assim estes, encontram-se em pontos estratégicos (normalmente nas capitais de distrito), contudo ainda assim, a distância ao acesso a estes consegue ultrapassar uma ou mais horas, o que em casos de emergência pode ser fatal.

Analisando o **mapa 8** com dados de 2013 percebemos a existência de bastantes hospitais espalhados pelo país, mas com a existência de dicotomias territoriais dada à grande concentração da população portuguesa no litoral. Assim, as áreas que se destacam pela maior quantidade de infraestruturas hospitalares são os concelhos que englobam as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, Coimbra e Braga.

Na NUT III do Alto Minho em estudo, apenas os concelhos de Viana do Castelo (2 hospitais) e Ponte de Lima (1 hospital) é que conta com infraestruturas hospitalares, onde em certas emergências, se o transporte não for feito via aéreo, certas populações dos concelhos mais distantes como Melgaço ou Monção, podem não aguentar o tempo de viagem até ao hospital mais próximo. A região do Alto Minho quando comparada a outras regiões, encontra-se numa posição intermédia, contudo o grupo concorda que os serviços de saúde deviam receber e dar apoio mais rapidamente a populações mais afastadas da capital de distrito, Viana do Castelo.



**Mapa 8** - Número de hospitais por localização geográfica em Portugal Continental em 2011.

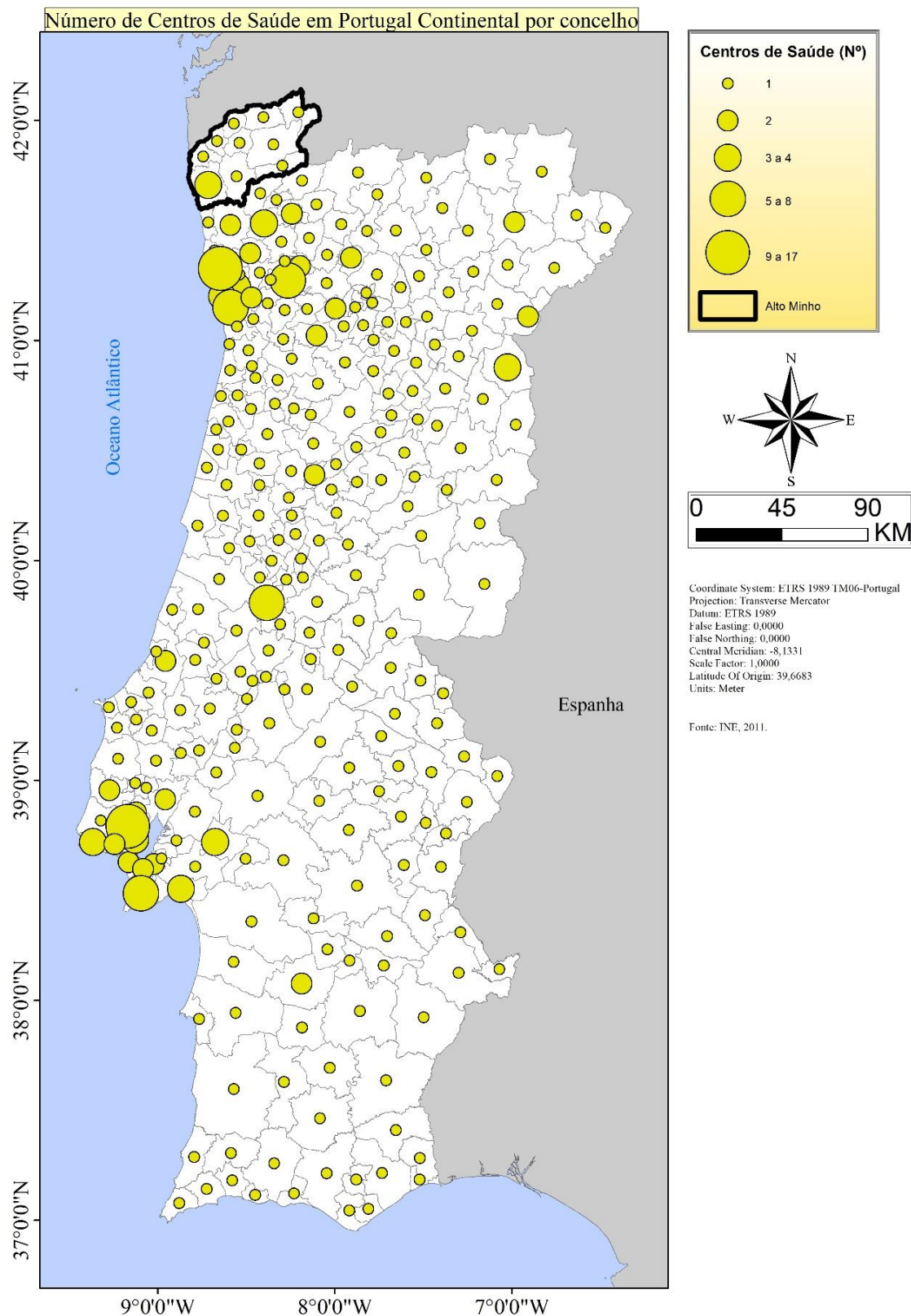
### **6.7. Análise do mapa do número de centros de saúde por localização geográfica em Portugal Continental e Alto Minho em 2011**

Os centros de saúde sendo infraestruturas de extrema importância para o atendimento e prestação de cuidados de saúde primários à população e de auxílio às unidades hospitalares, encontram-se totalmente distribuídos por todos os concelhos do território nacional (dados INE2011).

Como comprova o **mapa 9** representado, estes cuidados de saúde primários em 2011 estavam assegurados em todos os concelhos de Portugal Continental, dando realce aos concelhos das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, que devido à densidade populacional existente, possuem bastantes infraestruturas deste tipo bem como outros distritos como Braga e Coimbra.

O Alto Minho não contradiz o panorama nacional e todos os concelhos deste, possuem pelo menos um centro de saúde de apoio aos cuidados primários das populações. Todavia nós assumimos a necessidade de em certos centros de saúde da região, como o de Melgaço ou Monção, estes centros deveriam não só ser capazes de dar apoios primários de saúde, mas também possuir capacidade para darem resposta a alguns cuidados que podem ser tratados facilmente, não sobrelotando assim os hospitais da região e serem capazes de dar uma resposta atenuante ou mais rápida, de modo a reduzir a perda da vida humana devido ao tempo de deslocação para uma unidade hospitalar.





**Mapa 9** - Número de centros de saúde por localização geográfica em Portugal Continental em 2011.

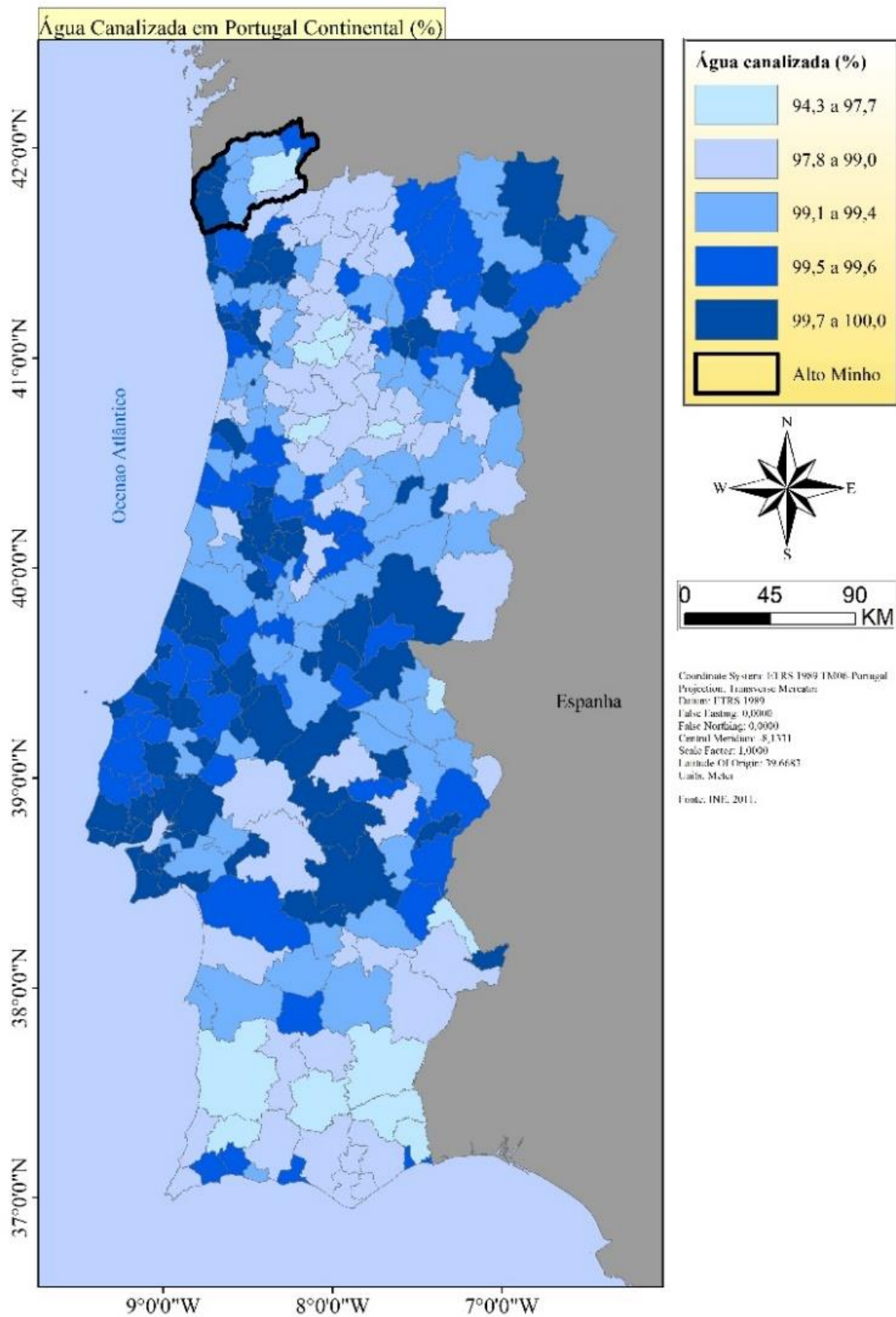


### **6.8. Análise do mapa de água canalizada em Portugal Continental e Alto Minho (%)**

No que concerne ao mapa da água canalizada por concelhos em Portugal Continental em percentagem (**mapa 10**) verificamos que grande parte dos alojamentos familiares dos concelhos de Portugal continental tem acesso a água canalizada e corroborando esta afirmação é possível observar através dos valores que rondam os 94,3% e 100%, isto relativamente aos censos de 2011. Podemos afirmar que a água canalizada, sendo um serviço primário e essencial, maior parte/quase totalidade da população usufruiu, o que nos indica que Portugal Continental, neste aspeto apresenta um índice muito positivo.

Em relação às áreas mais evidenciadas, é notório que as capitais de distrito e áreas envolventes se sobressaem, ou seja, existem mais alojamentos com acesso a água canalizada pelas mais diversas razões. Além disso verificamos que o Distrito de Viseu, a região do Baixo Alentejo e Algarve são os que possuem menos percentagem de alojamento com acesso a água canalizada com a maior parte dos valores a ronda os 94,3% e os 97,7%.

A região que se destaca mais é a região da Área Metropolitana de Lisboa e que se destaca mais no sentido da evolução que proporcionou às áreas envolventes. Em relação à região de estudo, o Alto Minho, numa primeira análise, verifica-se uma disparidade de valores, tendo em conta as classes definidas, apesar de serem valores próximos. Embora Viana do Castelo seja capital de Distrito e no caso do Alto Minho, os concelhos de Caminha e Vila Nova de Cerveira tem maior percentagem de água canalizada, no caso 99,9% e 99,97%, respetivamente, cima dos 99,6% de Viana do Castelo que possui mais população que a junção dos 2 concelhos, o que acaba por significar que apesar de ter uma menor percentagem, em termos absolutos, existem mais alojamentos com este serviço. Ainda de referir que existem freguesias do concelho de Viana do Castelo, como é o caso de Santa Marta de Portuzelo em certas ruas, ainda não existe saneamento básico, onde a água é fornecida à base de poços.



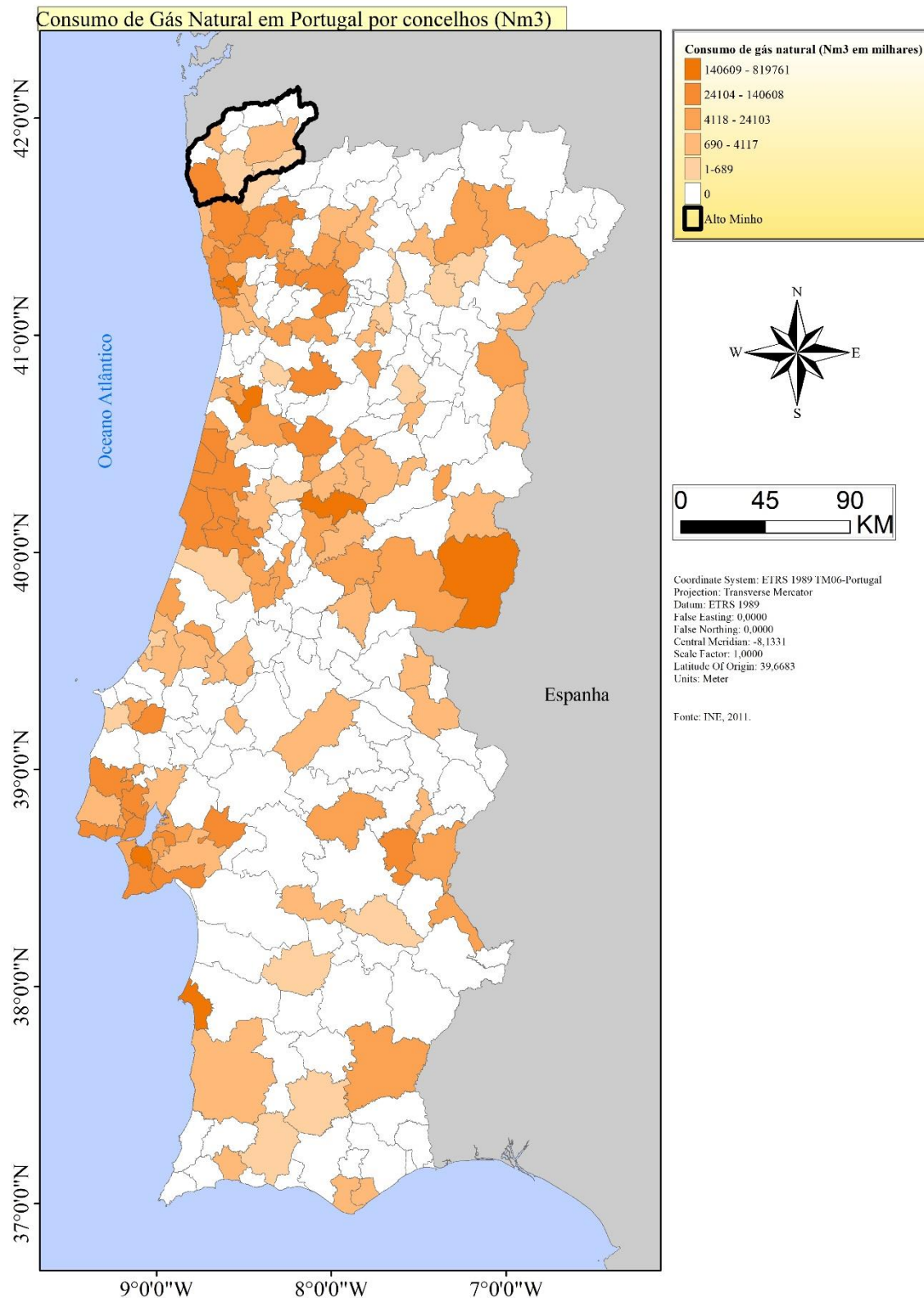
**Mapa 10** - Água canalizada em Portugal Continental e Alto Minho (%).

### **6.9. Análise do mapa do consumo de gás natural por localização geográfica em Portugal Continental e Alto Minho em 2011**

Neste **mapa 11** do consumo de gás natural em Portugal Continental por concelhos em milhares de Nm<sup>3</sup>, percebemos desde logo que grande parte do país não tem acesso a este ou decide não utilizar este recurso natural. Os dados deste mapa são datados de 2011 e espera-se que o uso deste recurso aumente de ano para ano no território português de modo a que todos os concelhos possam ter acesso a este e seja possível distribuir para a população sem custos muito elevados.

Com a análise do mapa evidenciamos também algumas zonas onde o consumo de gás natural é mais alto, sendo estas maioria no litoral, como no distrito de Lisboa, parte do distrito de Setúbal, Coimbra, Porto, Braga, parte do distrito de Viana do Castelo e, no interior do país, Castelo Branco. Algumas das razões pelas quais nestes distritos localizam se maior consumo de gás natural, é o facto de serem territórios mais desenvolvidos e com mais investimento disponível.

Fase à região de estudo, o Alto Minho, o consumo de gás natural encontra-se com bastante disparidade entre os vários concelhos que o compõe. Viana do Castelo sendo capital de distrito, em termos deste indicador é o concelho que possui mais consumo de gás natural, à frente de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Cerveira. Os restantes concelhos do Alto Minho, como Caminha, Valença, Monção, Paredes de Coura e Melgaço ainda não possuem nenhum consumo deste recurso natural.



**Mapa 11** - Consumo de gás natural por localização geográfica em Portugal Continental em 2011.

### **6.10. Análise do mapa do número de habitantes por postos de correio em Portugal Continental e Alto Minho (Nº/Hab)**

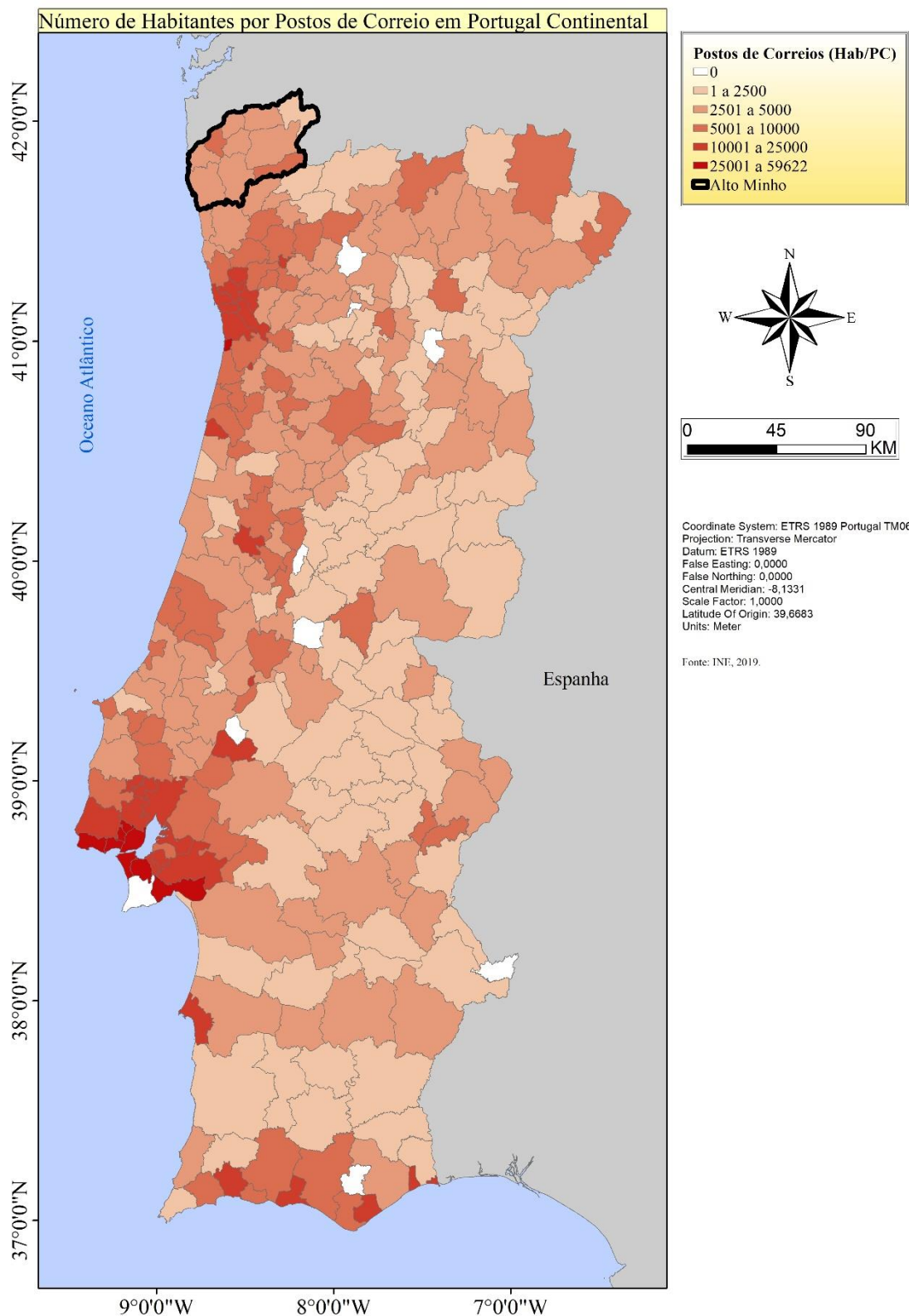
Acerca do número de habitantes por postos de correio (**mapa 12**), em 2013, achou-se pertinente incluir este indicador no que diz respeito às infraestruturas e à prestação de serviços públicos. Este indicador revela ter um significativo impacto para a população, sobretudo nos concelhos que carecem de determinado tipo de infraestruturas e mais marginalizados, já que, permitem, por exemplo, o pagamento de diversos serviços básicos ou o levantamento de pensões. Os postos de correio tornam-se imprescindíveis nos meios mais isolados, sobretudo, para a população mais idosa.

Segundo os dados do INE, este indicador revela então o número de habitantes que é servido por posto de correio, onde é possível verificar carência de dados em alguns concelhos. Não obstante, é possível verificar que os postos de correio servem mais população onde esta é mais abundante, repetindo-se os padrões verificados, com os concelhos das Áreas Metropolitanas e das principais cidades médias em evidência.

Porém, destacam-se, não de igual modo, mas significativamente para o que se pretende justificar com este indicador, bastantes concelhos do interior do território português. Este aspeto pode ter uma outra justificação que se prenda com a limitação do número de postos nestes concelhos em relação à população residente, no entanto a ideia a ser retida é de facto a importância dos postos de correio em si, referida anteriormente.

No Alto Minho os valores encontram-se relativamente padronizados entre os 2501 e 5000 habitantes por posto de correio, exceto em Melgaço, que se encontra abaixo daqueles valores, e em Vila Nova de Cerveira e Ponte da Barca, que superam os valores da maioria dos concelhos desta região. Este não é um indicador que levante problemáticas, apenas se torna importante para a reflexão e compreensão das temáticas abordadas neste trabalho.





**Mapa 12** - Número de Habitantes por Postos de Correio em Portugal Continental e Alto Minho (Nº/Hab).

## 7. Articulação dos objetivos de ordenamento do território e os indicadores analisados

Para a elaboração deste tópico, foi necessária a realização da tabela do **anexo 1**, que corresponde a uma síntese geral dos objetivos dos PDM's dos municípios da Região do Alto Minho.

Tendo em conta a tabela do **anexo 1**, podemos ver que os objetivos que se encontram a laranja são considerados intersectoriais. Deste modo, podemos observar que o objetivo 5 (Reforço dos níveis de coesão social e territorial através da criação de redes de equipamentos sociais e coletivos estruturantes) correspondente ao município de Arcos de Valdevez, associa-se aos indicadores do nº de estabelecimentos do ensino básico, secundário e superior por localização geográfica em Portugal Continental, e ao nº de hospitais e centros de saúde por localização geográfica em Portugal Continental em 2011, que de acordo com a análise já feita, justifica que os PDM's da Região do Alto Minho estão a tomar medidas para uma melhor coesão territorial através da construção de novos equipamentos com vista a responder às necessidades da população residente.

Também podemos verificar que os objetivos que visam apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho para uma utilização racional dos recursos do território com vista à melhoria da qualidade de vida das populações, promover uma gestão de recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando -os com a ocupação, uso e transformação do solo pretendida e Valorização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, através de uma adequada gestão territorial se interligam com os indicadores consumo de gás natural e água canalizada por localização geográfica em Portugal Continental em 2011, pois estes implicam a gestão dos recursos naturais.

Por último, os objetivos da organização do sistema de assentamentos humanos, de forma a preservar e reforçar a identidade funcional dos aglomerados, adequando-os aos objetivos do ordenamento sustentável, no sentido de evitar criar estrangulamentos às redes de infraestruturas e de equipamentos no serviço às populações e atividades e o reforço das infraestruturas e dos equipamentos necessários à preservação e acréscimo dos valores ambientais, nomeadamente reordenando as acessibilidades e prosseguindo objetivos de melhoria de qualidade de vida da população, associam-se ao indicador da duração média de movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante e das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, no sentido de melhorar estas infraestruturas e acessibilidades e tornar o território mais coeso.



## 8. Conclusões Finais

Em suma com o trabalho realizado foi possível desenvolver as nossas aptidões, no que respeita aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Local em relação ao tema da infraestruturas e serviços públicos. Com isto desenvolver os domínios de conectividade e social escolhidos com vista no desenvolver da nossa análise territorial, problemáticas e relações entre os domínios, não só a nível nacional, mas também na região do Alto Minho.

No que diz respeito às acessibilidades estruturais de Portugal Continental estas têm enorme influência, no sentido em que a maior concentração está nas áreas com maior população e densidade populacional para uma melhor acessibilidade, ou seja, no Litoral entre Viana do Castelo e Lisboa e mais especificamente nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa. Isto deve-se ao facto de as indústrias estarem, essencialmente concentradas nestas áreas. Desta forma releva-se uma problemática nacional, no sentido em que o interior não possui tantas acessibilidades, pelo facto de não existir atratividade a todos os setores, ter menor população, densidade populacional e maior envelhecimento populacional face ao litoral, não se justificando esse investimento. Na região do Alto Minho verificamos através do mapa 5, verificamos que uma das justificações da área Este do mesmo possuir menos acessibilidades, é pelo facto de possuir menos indústrias e menos população ao contrário dos restantes que justifiquem a maior concentração.

Relativamente à proporção de água canalizada dos alojamentos, tal como já foi analisado anteriormente, Portugal Continental apresenta um índice muito positivo no que toca à distribuição de água canalizada pela população, principalmente nas capitais de distritos, pelo facto de que se comecem a desenvolver de raiz nesses territórios e disseminando-se ao longo do tempo pelos territórios envolventes e também por serem territórios fortemente investidos e desenvolvidos face aos restantes concelhos. O distrito de Viseu, Baixo Alentejo e Algarve são os que mais se destacam pela negativa, isto porque Viseu tem um excedente de incêndios que provoca inúmeras secas e tendo em conta ao Baixo Alentejo e Algarve, devido ao seu clima seco, baixa precipitação e igualmente secas. No caso do Algarve mais especificamente no Nordeste Algarvio, as populações cada vez mais precisam de autotanques pela insuficiência de precipitação para “repor” as reservas subterrâneas.

Em relação à região de estudo, Alto-Minho apresenta um índice elevado, onde apenas Arcos de Valdevez se destaca pela negativa, tendo em conta os restantes, pois apesar disso 97,6% dos alojamentos familiares de residência habitual tem água canalizada. Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova Cerveira são os concelhos com maior proporção. No que diz respeito à duração média dos movimentos pendulares de população empregada e estudantil é perceptível que

o interior, derivado à maior afluência de veículos e consequente maior tráfego automóvel, bem como pelo maior número de população residente, densidade populacional é mais elevada tendo em conta o interior. Deduzindo, podemos concluir que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, são as que mais se destacam, pela influência nas áreas envolventes, devido à maior concentração de bens, serviços e pessoas, tal como se corrobora com o mapa 10, apesar de se perceber que Moita, Barreiro, Almada e Seixal são as mais elevadas, pois a população, neste caso empregada e estudantil percorre maiores distâncias, logo a maior duração média de movimentos pendulares.

Passando à área de estudo, Alto Minho, segue o padrão de bipolarização deste indicador, sendo que transmite através dos dados cartografados uma boa acessibilidade e uma boa mobilidade num conjunto de fatores que proporcionam chegar a um determinado destino, apesar de que, no que toca aos estudantes, muitos deslocam-se de municípios como Caminha para Viana do Castelo, devido à carência de estabelecimentos de ensino escolar.

O trabalho de análise dos indicadores cartografados, permitiu verificar a existência de alguns padrões nas problemáticas, por exemplo, em relação à distribuição de estabelecimentos de Ensino. Como se pôde verificar, no Ensino Básico e Secundário ou no Ensino Superior, o número de estabelecimentos é superior nos concelhos onde se concentra mais população, o que revela dicotomias territoriais que advém de outros como a densidade populacional.

Assim, acentuam-se cada vez mais os problemas territoriais que fazem de Portugal um país cada vez mais polarizado em torno das grandes áreas de convergência populacional, e que tornam o interior cada vez mais monótono e decadente. No que se refere ao cenário encontrado no Alto Minho, verifica-se praticamente a mesma coisa, sendo Viana do Castelo o principal centro desta sub-região, seguido de Ponte de Lima, concelho não tão evidenciado como o primeiro. Assim, estes dois concelhos ganham preponderância na região, em detrimento dos restantes concelhos que integram a mesma NUT. Esse desnível é visível também pelos dois indicadores referentes à distribuição do número de estabelecimentos de Ensino por concelho.

Com a elaboração do mapa de consumo de gás natural por concelho em Portugal Continental em 2011, conseguimos então perceber que no a nível nacional existem vários distritos e regiões com consumo deste recurso natural, contudo também existem regiões sem qualquer consumo. No Alto Minho verificamos estas mesmas diferenças, onde alguns concelhos têm acesso e consomem gás natural e outros onde em 2011 ainda não havia qualquer consumo.





Relativamente aos mapas elaborados sobre os hospitais e os centros de saúde, que se relacionam, visto que os centros de saúde fornecem apoio às unidades hospitalares e prestam os serviços primários de saúde à população, conseguimos ver que todos os concelhos em 2011 possuíam um centro de saúde funcional. Contudo, dado a inviabilidade de cada concelho possuir

um hospital, em certos concelhos, a unidade hospitalar mais próxima encontra-se a bastantes quilómetros de distância onde em certas situações a condição de saúde até chegar ao hospital pode piorar ou até mesmo ser fatal. A nossa área de estudo, Alto Minho, padece deste problema já que os concelhos de Melgaço e Monção se localizam nas extremidades do Alto Minho, opostas da localização dos hospitais mais próximos.

Posto isto e interligando os indicadores dos hospitais e centros de saúde com as acessibilidades existentes percebemos que em relação ao tempo de deslocação aos centros de saúde é bastante homogéneo a nível nacional, como se verifica no **anexo 2**, tendo em conta os demais indicadores já apresentados, devido ao facto de todos os municípios apresentarem pelo menos um, tal como acontece na região de Alto Minho com tempos de deslocações reduzidas. No que concerne ao tempo de deslocação aos hospitais verificamos uma heterogeneidade nacional destacando-se as capitais de distrito e ainda mais as Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa, devido a necessitar de uma maior cobertura neste setor, tendo em conta a proporção demográfica que apresentam. Em relação à região em estudo, destacam-se Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, devido a serem os únicos municípios a possuírem esta infraestrutura, corroborando este facto com o **anexo 3**.

Na região do Alto Minho, através de uma visão local em termos de articulação dos objetivos do ordenamento do território dos municípios, os mesmos vão de encontro aos desafios territoriais do PNPOT. No que respeita à articulação concelhia dos objetivos do ordenamento do território verifica-se que relativamente aos recursos naturais existe articulação entre os concelhos de Valença, Melgaço e Monção.

## 9. Bibliografia

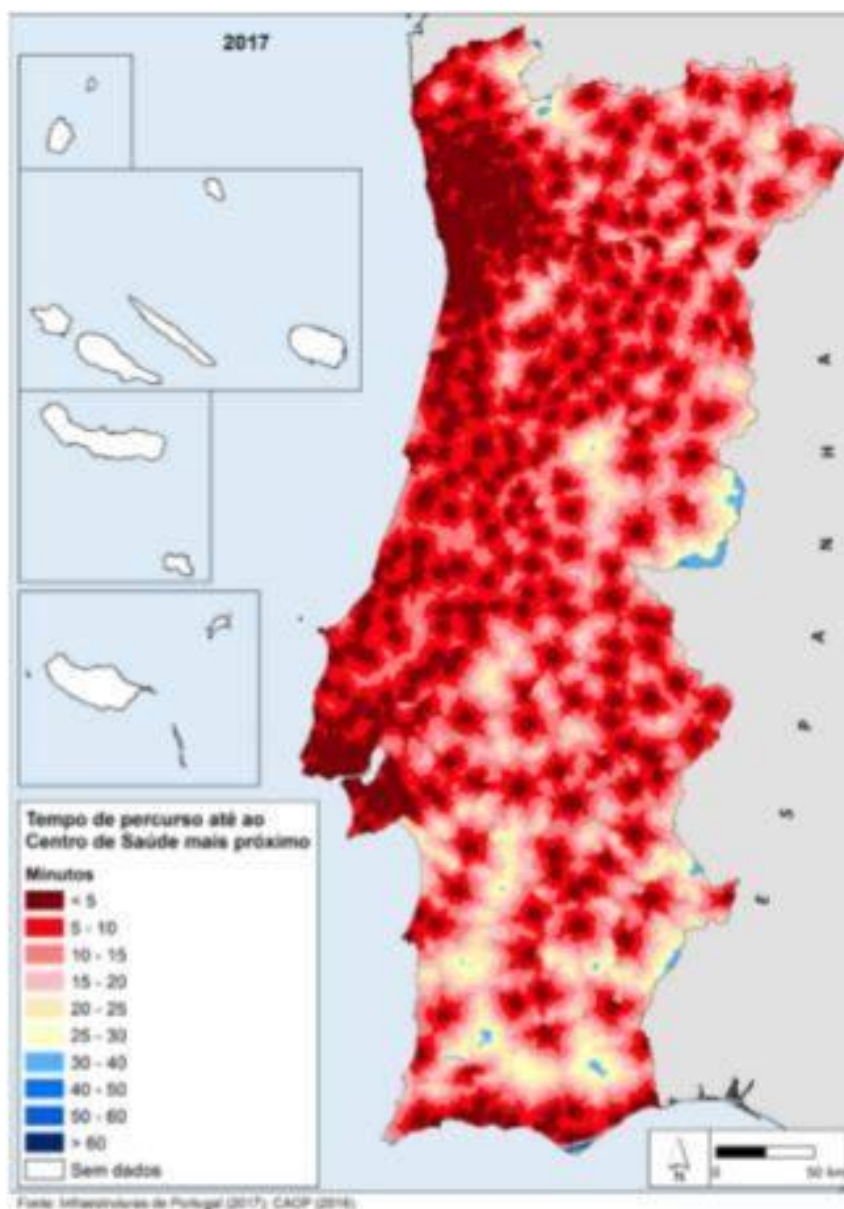
-  Dgterritorio. “Programa Nacional de Ordenamento do Território”. Consultado em: <https://pnpot.dgterritorio.pt/node/10>
-  Diário de Notícias. (30/11/2019). “Populações do nordeste algarvio dependem de autotanques para terem água”. Consultado em: [https://www.dn.pt/vida-e-futuro/-populacoes-do-nordeste-algarvio-dependem-de-autotanques-para-terem-agua--11569993.html?fbclid=IwAR1ARQbwEr0ybMSwNh620ZCFEVrTtY8j5\\_thzfQS9NvHvbwBI\\_agXezKJ-o](https://www.dn.pt/vida-e-futuro/-populacoes-do-nordeste-algarvio-dependem-de-autotanques-para-terem-agua--11569993.html?fbclid=IwAR1ARQbwEr0ybMSwNh620ZCFEVrTtY8j5_thzfQS9NvHvbwBI_agXezKJ-o)
-  Expresso. Figueiredo, Jaime. “160 anos na linha”. Consultado em: <https://expresso.pt/sociedade/2016-10-22-160-anos-na-linha>
-  INE (2011), Centros de saúde (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) Consultado em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008200&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008200&contexto=bd&selTab=tab2)

- ✚ INE(2011), “Densidade populacional” Consultado em:  
<https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-591>
- ✚ INE (2011), Estabelecimentos de ensino básico, secundário e superior Consultado em:  
<https://www.pordata.pt/Subtema/Municipios/Estabelecimentos+de+Ensino-229>
- ✚ INE (2011), “Gás natural” Consultado em:  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008286&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008286&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2)
- ✚ INE (2011), Habitantes por postos de correio (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) Consultado em:  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000560&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000560&contexto=bd&selTab=tab2)
- ✚ INE (2011), Hospitais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) Consultado em:  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0007539&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007539&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2)
- ✚ IGT, PDM's em vigor Consultado em:  
<https://www.dgterritorio.gov.pt/ordenamento/sgt/igt-vigor>
- ✚ Rádio Renascença. (06/12/2017). “Seca em Viseu. Como uma cidade enfrenta a falta de água”. Consultado em: <https://rr.sapo.pt/2017/12/06/pais/seca-em-viseu-como-uma-cidade-enfrenta-a-falta-de-agua/especial/100056/?fbclid=IwAR2B6QQmJBnTqJfDIxI5egKcTneMQ5mYd7xSrhdAr56C8AIsP2yuvVikpM>
- ✚ WIKIPEDIA. (09/12/2020). “Alto Minho”. Consultado em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Alto\\_Minho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alto_Minho)

## 10. Anexos

Número	Objetivos	Palavras-Chave	Municípios									
			Arcos de Valdevez	Caminha	Meiçago	Monção	Paredes de Coura	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Valença	Viana do Castelo	Vila Nova de Cerveira
1	A promoção do ordenamento da ocupação no território, qualificando o esforço de dotação infra-estrutural.	Ordenamento do Território	x									
2 - 4.2	A promoção da sustentabilidade produtiva, com especial enfoque na criação de parques empresariais e de actividades que assemem nas novas acessibilidades;	Dinamização Económica e Acessibilidades	x									
3 - 1.1	Potenciação da mais-valia territorial do concelho na vertente da qualidade ambiental, mobilizando as potencialidades do Parque Nacional da Peneda-Gerês, adiante designado PNPG, dando-lhe visibilidade;	Qualidade Ambiental	x									
4 - 1.1	Promoção da biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável, nos Sítios de Importância Comunitária da Peneda-Gerês, do Rio Lima, do Como do Bico e Zona de Protecção Especial da Serra do Gerês pertencentes à Rede Natura 2000.	Proteção Ambiental e dos Ecossistemas	x									
5 - 3.1	Reforço dos níveis de coesão social e territorial através da criação de redes de equipamentos sociais e colectivos estruturantes;	Coesão Social e Territorial	x									
6 - 2.2 e 5.2	Aproveitar o espaço de sinergia e cooperação do Vale do Lima, designadamente no âmbito da nova Comunidade Urbana;	Cooperação no Planeamento Urbanístico	x									
7 - D5	Aumentar a eficiência da governação;	Eficiência Governamental		x								
8	Definir a hierarquia urbana dos aglomerados do concelho;	Hierarquia Urbana		x								
9 - 2.3	Conter o modelo de povoamento urbano difuso a partir da definição das áreas capazes de garantir a expansão urbana, otimizando as infraestruturas e equipamentos existentes e reforçando a compactação e continuidade morfológica das aglomerações preexistentes;	Infraestruturas e equipamentos		x								
10	Adequar o tipo de ocupação à vocação específica de cada aglomerado do concelho;	Correspondência Ocupacional		x								
11 - 2.2 e 3	Articular a capacidade de acolhimento das diversas áreas concelhias à capacidade de carga do meio;	Articulação Concelhia		x								
12 - 3	Reforçar o sistema urbano local;	Sistema Urbano Local		x								
13	Racionalizar e qualificar o acolhimento empresarial;	Racionalização e Acolhimento Empresarial		x								
14 - 4.1	Requalificar os equipamentos e as infraestruturas no sentido da sua maior cobertura e eficiência;	Eficiência e Requalificação Infraestrutural		x								
15 - D1	Proteger e valorizar o ambiente com enfoque na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e na Prevenção dos Riscos Naturais;	Proteção e Valorização Ambiental		x								
16 - 5.3	Preservar o Património Cultural;	Património Cultural		x								
17	Fomentar uma atitude ambientalmente correta como estratégia para incrementar o sector turístico;	Turismo Sustentável		x								
18 - D5	O Plano tem como objetivo determinar o modelo de estrutura espacial de todo o território municipal, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção, estabelecendo as principais regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área abrangida pelo PDM;	Ordenamento do Território			x							
19 - D1 e 3.1	Apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho para uma utilização racional dos recursos do território com vista à melhoria da qualidade de vida das populações;	Desenvolvimento e Racionalização dos Recursos			x	x						
20 - D1 e 5.3	Promover uma gestão de recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação do solo pretendida;	Gestão dos Recursos			x	x						
21 - 1.1 e 3.2	Proteção dos recursos endógenos locais;	Recursos Endógenos					x					
22 - 1.1 e D5	Valorização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, através de uma adequada gestão territorial;	Gestão e Valorização dos Recursos Endógenos					x					
23 - 1.3	Qualificação do solo tendo em consideração as funções e os usos adequados às aptidões naturais e às necessidades reais da população;	Qualificação do Solo					x					
24 - 2.2 e 2.3	Consolidação do sistema urbano;	Espaço Urbano					x					
25 - 2.2	Compactação dos Espaços Urbanos de Baixa densidade;	Espaço Urbano					x					
26 - 2.2 e 4.2	Colimação das áreas de edificação dispersa definidas;	Planeamento Urbano					x					
27	Definição de áreas de solo urbanizável adequadas à programação do PDM;	Solo Urbanizável					x					
28 - 3.1 e 3.2	Atração de investimentos turísticos de alojamento e de instalações, serviços e equipamentos de exploração turística;	Investimento Turístico					x					
29	Enquadramento na elaboração de planos de atividades do município;	Planos de Atividades					x					
30 - 2.2 e 5.3	Reforço da integração territorial do espaço concelho, bem como da identidade física e cultural dos aglomerados;	Integração Territorial						x				
31 - 3.1	Acompanhamento das tendências da dinâmica demográfica e do parque habitacional, nomeadamente na Vila de Ponte da Barca, no sentido de proporcionar a sua adequação aos interesses de desenvolvimento do concelho;	Mitigação Demográfica						x				
32 - 1.3 e 4.2	Organização do sistema de assentamentos humanos, de forma a preservar e reforçar a identidade funcional dos aglomerados, adequando-os aos objetivos do ordenamento sustentável, no sentido de evitar criar estrangulamentos às redes de infraestruturas e de equipamentos no serviço às populações e atividades;	Ordenamento Sustentável						x				
33 - 1.3 e 3.1	Reforço das infraestruturas e dos equipamentos necessários à preservação e acréscimo dos valores ambientais, nomeadamente reordenando as acessibilidades e prosseguindo objetivos de melhoria de qualidade de vida da população;	Equipamentos e infraestruturas, Acessibilidades, Preservação Ambiental						x				
34 - 5.3	Valorização do património cultural e paisagístico, como valor de fruição pela população e base de novas atividades económicas, e ordenar as atividades de recreio e lazer;	Património Cultural						x				
35	Prosseguimento do acolhimento de atividades económicas, favorecendo a implantação dos serviços avançados e das empresas, aliada a padrões de qualidade;	Atração de novas empresas						x				
36 - 3.1 e 3.2	Ajustar à dinâmica evolutiva do concelho e a novas oportunidades de investimento;	Investimento e Dinâmica Evolutiva							x			
37 - D1, 1.1, 1.2, 1.3 e 3.1	Apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho para uma utilização racional dos recursos do território com vista à melhoria da qualidade de vida das populações;	Desenvolvimento Económico, Social e Cultural, Racionalização dos Recursos e Qualidade de Vida								x		
38 - D1, 1.1, 1.2, 1.3 e 5.3	Promover uma gestão de recursos do território que proteja os seus valores, compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação do solo pretendida	Racionalização dos Recursos e Avaliação de Impacte Ambiental								x		
39 - 1.2, 2.3 e D5	Todas as ações de licenciamento de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação, demolição, urbanização, operações de loteamentos, operações urbanísticas e trabalhos de remodelação de terrenos, bem como qualquer outra ação que tenha por consequência a transformação do revestimento do relevo do solo, ficam sujeitas às disposições contidas neste regulamento, cuja leitura é indissociável da documentação gráfica anexa que dele faz parte integrante, nomeadamente das plantas de Condicionantes e de Ordenamento.	Avaliação de Impacte Ambiental e Ordenamento do território									x	
40 - D3, 3.1, 3.2 e 3.3 e 5.2	Reforço do enquadramento regional, intermunicipal e transfronteiriço do plano;	Articulação Municipal, Intermunicipal e Transfronteiriça										x
41 - 1.1 e 5.3	Valorização e proteção dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais;	Recursos Endógenos										x
42 - 1.1 e 4.1	Salvaguardar e ordenar a rede de proteção e valorização ambiental e a estrutura verde urbana;	Ambiente e Espaços Verdes										x
43 - 2.3, 3.1 e 5.3	Racionalizar e programar o desenvolvimento urbano e requalificar a estrutura funcional por forma a fixar a população nas freguesias de origem;	Desenvolvimento Urbano e Fixação Urbana										x
44 - D5	Controlo da dispersão do povoamento no território municipal bem como a definição de estratégias para localização, distribuição e desenvolvimento das atividades humanas;	Ordenamento do Território										x
45 - 2.3 e 3.1	Qualificação do tecido urbano e valorização dos espaços públicos;	Espaços Públicos e Espaço Urbano										x
46 - 4.2 e 5.2	Completar as redes de equipamentos e infraestruturas numa perspetiva de desenvolvimento equilibrado do concelho;	Equipamentos e Infraestruturas										x
47 - 3.1	Dotação de equipamentos sociais de apoio à população jovem e aos idosos;	Equipamentos Sociais										x
48 - 4.3	Melhorar os níveis de cobertura das principais infraestruturas urbanas;	Cobertura das Infraestruturas Urbanas										x
49 - 5.2	Fornecer indicadores para o ordenamento do território, nomeadamente para a elaboração de outros planos municipais;	Ordenamento do Território										x
50	Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividades do município.	Planos de Atividades										x

## Anexo 1 – Tabela com os objetivos dos PDM's por município da região do Alto Minho.



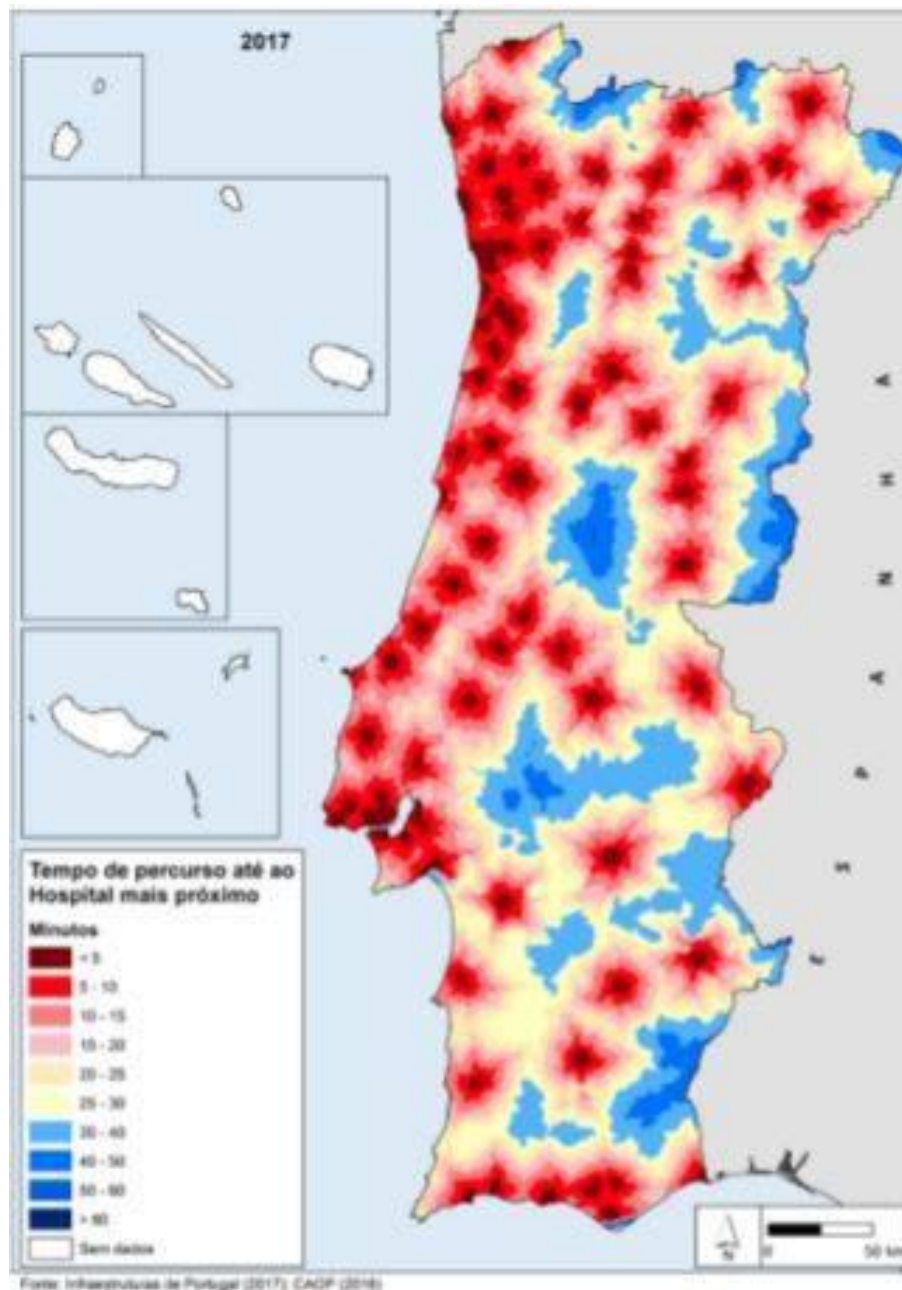
**Figura 42: Tempo de deslocação até ao centro de saúde mais próximo**

Fonte: Infraestruturas de Portugal; fonte de dados: MS; MPI (2017)

**Fonte:** Powerpoint Acessibilidades, IPOT 2020.

**Anexo 2** – Mapa do tempo de deslocação ao centro de saúde mais próximo.





**Figura 41: Tempo de deslocação até ao hospital mais próximo**

Fonte: Infraestruturas de Portugal; fonte de dados: MS; MPI (2017)

**Fonte:** Powerpoint Acessibilidades, IPOT 2020.

**Anexo 3** – Mapa do tempo de deslocação ao hospital mais próximo.



## REDE FERROVIÁRIA EM PORTUGAL



**Fonte:** Jornal Expresso, Jaime Figueiredo

**Anexo 4** – Linha Ferroviária em Portugal Continental.